



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0009197-08.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **LORENA KETHELLY SANTOS DA SILVA**  
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com pedido liminar proposto por **LORENA KETHELLY SANTOS DA SILVA** representada por sua genitora **RENATA GABRIELA DOS SANTOS**, em face da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando a concessão de vaga em unidade pública de ensino, em período integral, próxima de sua moradia, amparado no direito assegurado pelo artigo 53 do E.C.A.

Pede a concessão de tutela antecipada e que o requerido seja condenado a efetuar a matrícula em determinada unidade pública de ensino. Juntou documentos.

Foi concedida em termos parciais a tutela antecipada.

O requerido foi citado.

Em contestação o requerido alegou que foi disponibilizada vaga no período matutino, bem como que não é executável, imediatamente, a concessão de vaga, em período integral, a crianças menores de três anos por necessitarem de maiores cuidados em razão da idade. Sustenta, por fim, que a vaga foi disponibilizada à criança nos moldes do pedido inicial.

O representante do Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao pedido.

É o relatório.

DECIDO.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Trata-se de ação de obrigação de fazer em que o requerente insurge-se contra o ato que recusou disponibilizar vaga para a criança frequentar determinada unidade pública de ensino, alegando violação de direito fundamental da criança.

A administração pública não disponibilizou a vaga solicitada pelo requerente feita administrativamente conforme se verifica às fls. 24/25. Só foi disponibilizada após a citação do município em decorrência do presente processo. Assim, não é caso de extinção do processo por perda do objeto, sendo caso, portanto, de apreciação do mérito.

A criança encontra-se com idade correspondente ao período de educação que deve ser fornecido pelo Estado, conforme documento de fls. 18.

Dispõe o artigo 205, da CF/88 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É dever do Estado, fornecer vaga para crianças e adolescentes de quatro a dezessete anos, conforme institui o artigo 208, I da CF/88: “Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

O inciso IV do mesmo artigo dispõe: “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

Também o artigo 211, § 2º da CF/88 dispõe que: “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”.

Conforme o art. 53, V, do E.C.A. o Estado deve assegurar acesso a escola pública e gratuita próxima a residência, respeitando o princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

A questão da obrigação do fornecimento de vagas já se encontra sumulada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, conforme se vê do teor das Súmulas nº 63 e 64:

**Súmula 63** – É indeclinável a obrigação do Município de providenciar imediata vaga em unidade



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

educacional a criança ou adolescente que resida em seu território.

**Súmula 64** – O direito da criança ou do adolescente a vaga em unidade educacional é amparável por mandado de segurança

Portanto, o impetrante reúne os requisitos objetivos para ter o direito deferido.

Nesse sentido também vem decidindo a jurisprudência:

**Apelação n° 20147720128260505, 1ª câmara de Direito Público da comarca de Ribeirão Pires, Relator. Danilo Panizza, voto n° 20.094:**

**“Já o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura-lhe o acesso à escola pública e gratuita perto de sua residência (artigo 53, V).**

**Assim, o critério para se verificar em qual estabelecimento de ensino deve ser matriculado o menor é objetivo, não cumprindo ao estudante ou a seus pais escolherem o que julgarem mais adequado, sob pena de ferimento ao princípio da impessoalidade, informador da Administração Pública (art.37, caput, da Constituição Federal)”.**

**No mesmo sentido: Apelação Cível n° 994.06.066034-7, 4ª Câmara de Direito Público, Des. Rui Stoco; Apelação Cível n° 679.608-5/0-268.322-5/3-00, 5ª Câmara de Direito Público, Des. Xavier de Aquino; Apelação Cível n° 578.660-5/0-00, 7ª Câmara de Direito**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Público, Des. Walter Swensson; Apelação Cível  
nº 465.757-5/4-00, 8ª Câmara de Direito Público,  
Des. Rubens Rihl e Apelação Cível nº  
646.039-5/7-00, 10ª Câmara de Direito Público,  
Des. Urbano Ruiz.**

Contudo, o requerente não tem direito líquido e certo à vaga em uma específica unidade pública de ensino, escolhida pelo requerente, mas, sim, à vaga em unidade próxima à sua casa. Caberá ao poder público indicar a respectiva unidade de ensino, dentre as existentes próximo à casa do interessado.

A Jurisprudência do TJSP tem entendido que a proximidade da residência fica caracterizada para distâncias de até 2 km entre a residência e a unidade pública de ensino. Nestes termos, pois, fica acolhido o pedido.

Ante o exposto, julgo procedente com resolução de mérito com base no artigo 269, inciso I, do C.P.C. e torno definitiva a liminar, para que a criança **LORENA KETHELLY SANTOS DA SILVA** tenha garantida a vaga em unidade pública de ensino situada à distância de até 2 km de sua residência.

Não há custas.

Decorrido o prazo de recurso voluntário, subam os autos ao E. TJSP para o reexame necessário.

P.R.I.C.

São Carlos, 06 de novembro de 2015.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**